

“ANTES TARDE DO QUE NUNCA”: DUPLICAÇÃO DA BR-381 PAUTA DISCURSOS NO PLENÁRIO



O deputado Bernardo Mucida (PSB) destacou a importância da concessão das BRs 381 - entre Belo Horizonte e Governador Valadares (Rio Doce) - e 262 - de João Monlevade (Central) a Viana (ES). Ele lembrou que a duplicação das duas rodovias, conforme previsto no edital, vai beneficiar a região de Itabira, o Vale do Aço e o Vale do Rio Doce. Mas chamou atenção para o prazo de duplicação do trecho mais crítico, entre Belo Horizonte e Caeté (Central), que deve ser concluída somente em 2029.

A deputada Celise Laviola (MDB) também reconheceu a relevância das melhorias previstas nas duas rodovias, que vão exigir investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões ao longo de 30 anos. *“A concessão vai destravar obras e facilitar o trânsito de cargas e pessoas. Seguirei acompanhando esse processo para que as rodovias recebam as melhorias de que tanto precisamos, em uma região que se sente abandonada pelo governo”*, afirmou.

Por sua vez, o deputado Bruno Engler (PRTB) foi à tribuna para elogiar o *“Manifesto pela Liberdade”* da Fiemg. No documento, a entidade alega que direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, estão ameaçados devido a posicionamentos recentes do Poder Judiciário. *“Esse manifesto reflete a vontade da maioria do povo brasileiro. No dia 7 de setembro, o povo vai às ruas para dizer que nossa liberdade não pode ser cerceada”*, afirmou.

A deputada Beatriz Cerqueira (PT) rebateu os elogios ao manifesto da Fiemg com a leitura de uma nota elaborada pela Casa do Jornalista. Para ela, a postura da entidade representativa da indústria mineira envergonha Minas Gerais, com uma visão retrógrada e primária do atual momento histórico. *“A democracia é fundamental; é por meio dela que teremos condições de sair da crise sanitária, política e econômica”*, afirmou.

Já o deputado Cleitinho Azevedo (Cidadania) fez um discurso comparando o valor do salário mínimo (R\$ 1.100,00) com a remuneração dos políticos. Ele informou que os deputados recebem mais de R\$ 25 mil por mês, além de auxílio-moradia. *“Isso precisa acabar”*, criticou. *“O País quebrado vai continuar pagando regalias para os políticos? Temos que cortar as mordomias dos Três Poderes”*, finalizou.

Foto: Divulgação